

AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de *QR Code* para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A - SPA
Santos – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Provisão Atuarial

Conforme Nota Explicativa nº 17.1, a Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. O passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora SPA registrado no Balanço Patrimonial é de R\$ 289.798 mil (R\$ 433.745 mil em 2020), as informações atuariais são de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda. Conforme Nota Explicativa nº 17.2 o valor de R\$ 4.804 mil em 2021 (R\$ 953 mil em 2020) registrados como Plano de pensão – contribuição mensal, é relativo à contribuições mensais devidas ao PORTUS referente ao mês de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Plano de Pensão

Conforme Nota Explicativa nº 17.3, a Patrocinadora SPA assumiu no ano de 2019 a responsabilidade de arcar com os valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. Em 31 de dezembro de 2021 o montante é de R\$ 510.272 mil (R\$ 487.416 mil em 2020). O pagamento inicial de 20% do saldo devedor foi efetuado em 22/6/2020 no montante de R\$ 117.821 mil e o saldo devedor de 80% está sendo liquidado em 180 parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Eventos Subsequentes

Desestatização – Audiência Pública

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 33, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) iniciou em 31 de janeiro de 2022 o período de consulta e audiência pública, para tratar da desestatização do Porto Organizado de Santos. A 1ª audiência pública foi realizada em 10 de fevereiro de 2022. A consulta pública encerra-se em 16 de março de 2022. Neste momento, o resultado da consulta pública não tem potencial para afetar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de Pensão e Benefício

Conforme descrito na Notas Explicativas nº 17.1 e 17.3, a Companhia tem um Passivo Atuarial no Plano de Pensão no montante de R\$ 289.798 mil (R\$ 433.745 mil em 2020) e mantém o saldo devedor remanescente a pagar referente ao Termo de Compromisso Financeiro do Plano PBP1 no montante de R\$ 510.272 mil (R\$ 487.416 mil em 2020).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos procedimentos adotados pela empresa, através do auxílio dos nossos especialistas atuariais, avaliamos a razoabilidade das principais premissas da metodologia utilizada pelo atuário da Companhia, efetuamos a leitura do regulamento do plano para confirmar o percentual de responsabilidade da patrocinadora e obtivemos acesso às evidências que demonstram que as ações de equacionamento do resultado atuarial definidas em plano, vem respeitando o regime de responsabilidade paritária entre a patrocinadora e os participantes necessários. Adicionalmente, avaliamos a integridade das informações utilizadas e adequação das divulgações e amortização do parcelamento.

Redução ao valor recuperável de ativos – Teste de *Impairment*

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do ativo imobilizado conforme descrito na Nota Explicativa nº 11.1, cujo resultado apresentou perda por desvalorização do valor recuperável do ativo no montante de R\$ 10.070 mil (R\$ 14.620 mil em 2020).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Avaliamos a definição pela Administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos na norma NBC TG 01 (R4) "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Realizamos análise de sensibilidade e recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto, bem como efetuamos leitura das divulgações. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Reconhecimento do Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias

O ativo fiscal diferido da Companhia é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a diferenças temporárias dedutíveis e a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 30.1 a provisão constituída em 31 de dezembro de 2021 é no montante de R\$ 393.518 mil (R\$ 456.509 mil em 2020).

Como o assunto foi tratado na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, avaliação dos fatos contábeis que deram origem às diferenças temporárias, identificação da probabilidade de recuperação com lucros tributáveis, avaliação dos valores reconhecidos na Parte B do LALUR e registros contábeis realizados.

Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração para estimar o Ativo Fiscal Diferido são razoáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Receitas Diferidas

Os contratos de arrendamentos firmados pela Companhia envolvem recebimento de pagamentos antecipados os quais são reconhecidos como Receitas Diferida e são apropriados para o resultado mensalmente de forma linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil conforme descrito na Nota Explicativa nº 20. Em 31 dezembro de 2021 o montante de receitas diferidas é de R\$ 749.607 mil (R\$ 791.270 mil em 2020). Em 2021 foi reconhecida como receita no resultado do exercício o montante de R\$ 42.963 mil (R\$ 25.708 mil em 2020).

Como o assunto foi tratado pela auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentro outros, avaliação dos procedimentos de amortização das receitas diferidas ao longo do exercício, análise dos novos contratos (Nota 1 – Contexto Operacional) e os respectivos registros contábeis de acordo com o CPC 47 e recebimentos parciais destas outorgas de acordo com o contrato. Avaliamos também a divulgação adequada da referida nota explicativa, referente ao prazo de amortização.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de opinião de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato aos responsáveis pela governança. Concluimos que as outras informações não apresentam distorção relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S/A (SPA)** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por ROGER
MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.03.02 09:21:46 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		1.473.202	963.434	Circulante		695.759	562.589
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	1.284.470	859.861	Salários, provisão de férias e encargos sociais	15	63.860	43.798
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	5	-	12.589	Fornecedores e prestadores de serviços.....		55.267	42.734
Contas a receber de clientes, líquidas	6	97.736	82.627	Impostos e contribuições	16	27.464	30.055
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga...	6	86.111	-	Dividendos a pagar.....	23.4	76.946	-
Estoques.....		600	398	Plano de pensão - contribuição mensal.....	17.2	4.804	953
Créditos tributários.....	7	2.023	6.227	Plano de Pensão - termo de compromisso financeiro.....	17.3	38.033	33.615
Outros créditos.....	14	2.262	1.732	Obras efetuadas por arrendatários	18	24.726	22.255
				Provisões trabalhistas, cíveis e tributários	19	373.932	367.773
				Outras obrigações	22	30.727	21.406
Não Circulante		2.496.386	2.670.422	Não Circulante		2.138.974	2.834.753
Realizável a Longo Prazo		879.251	1.035.271	Provisões trabalhistas, cíveis e tributários	19	129.075	103.926
Contas a receber de clientes, líquidas	6	-	47.190	Receita diferida.....	20	749.607	791.270
Direitos contratuais de arrendamento - Outorga...	6	344.445	390.480	Obras efetuadas por arrendatários	18	92.043	104.625
Partes relacionadas.....	8.1	345	5.953	Plano de pensão déficit atuarial.....	17.1	289.798	433.745
Depósitos judiciais	9	132.286	134.670	Plano de pensão - termo de compromisso financeiro.....	17.3	472.239	453.801
Bens destinados à alienação.....	10	458	181	Benefícios a empregados.....	17.4	64.627	81.307
Imposto de renda e contribuição social diferidos...	30.1	393.518	456.509	Créditos da União para aumento de capital.....	21	341.585	866.079
Créditos tributários.....	7	6.670	-				
Outros créditos.....	14	1.529	288				
Imobilizado.....	11	1.614.108	1.631.347	Patrimônio Líquido		1.134.855	236.514
Intangível.....	12	3.027	3.804	Capital social.....	23.1	810.554	1.414.100
				Lucros (Prejuízos) acumulados.....		-	(1.132.493)
				Reserva legal.....	23.2	16.199	-
				Reserva de dividendos adicionais propostos.....	23.4	230.837	-
				Outros resultados abrangentes		77.265	(45.093)
TOTAL DO ATIVO		3.969.588	3.633.856	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.969.588	3.633.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020
(em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	24	1.110.442	1.113.289
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	25	(348.013)	(368.646)
Lucro bruto.....		762.429	744.643
Outras receitas (despesas) operacionais		(203.478)	(356.578)
Despesas administrativas e gerais	26	(207.652)	(249.448)
Outras receitas operacionais	27	9.609	11.839
Outras despesas operacionais	28	(5.435)	(118.969)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		558.951	388.065
Resultado financeiro		(18.607)	(30.725)
Receitas financeiras	29	88.827	52.796
Despesas financeiras	29	(107.434)	(83.521)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos impostos.....		540.344	357.340
Imposto de renda e Contribuição Social.....		(190.271)	(154.857)
Corrente	30.2	(127.280)	(117.700)
Diferido.....	30.1	(62.991)	(37.157)
Resultado líquido das operações continuadas.....		350.073	202.483
Participação nos lucros.....	32	(20.933)	-
Lucro (prejuízo) do período		329.140	202.483
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,53	0,74

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Lucro (Prejuízo) do período.....	329.140	202.483
Ganhos (Perdas) atuariais com plano pensão de benefício definido.....	103.554	66.173
Ganhos (Perdas) atuariais - plano de saúde.....	15.235	(2.725)
Ganhos (Perdas) atuariais - complementação de aposentadorias.....	3.569	(5.580)
Resultado abrangente.....	451.498	260.351

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020
(em milhares de reais)

	Notas	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
				RESERVA LEGAL	DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS		
SALDOS EM 31/12/2019		1.414.100	(102.961)	-	-	(1.334.976)	(23.837)
Resultado do exercício.....		-	-	-	-	202.483	202.483
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido ..		-	66.173	-	-	-	66.173
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....		-	(2.725)	-	-	-	(2.725)
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....		-	(5.580)	-	-	-	(5.580)
SALDOS EM 31/12/2020		1.414.100	(45.093)	-	-	(1.132.493)	236.514
Ajustes de exercícios anteriores.....	23.3	-	-	-	-	(5.158)	(5.158)
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....		528.947	-	-	-	-	528.947
Redução Capital Social para absorção dos prejuízos acumulados.....		(1.132.493)	-	-	-	1.132.493	-
Lucro (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	329.140	329.140
Outros resultados abrangentes - plano de pensão de benefício definido ..		-	103.554	-	-	-	103.554
Outros resultados abrangentes - plano de saúde.....		-	15.235	-	-	-	15.235
Outros resultados abrangentes - complementação de aposentadorias.....		-	3.569	-	-	-	3.569
Destinações:							
Apropriações do lucro líquido em reservas	23.2 e 23.4	-	-	16.199	230.837	(247.036)	-
Dividendos.....	23.4	-	-	-	-	(76.946)	(76.946)
SALDOS EM 31/12/2021		810.554	77.265	16.199	230.837	-	1.134.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 31/12/2020
(em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	329.140	202.483
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa oriundo das atividades operacionais		
- Ajuste de exercícios anteriores	(5.158)	-
- Depreciação e amortização	40.879	44.217
- Perda no valor recuperável de ativos - Impairment	(2.503)	14.620
- Valor residual de ativos baixados	2.097	811
- Provisões Trabalhistas, cíveis e tributárias.....	31.307	(11.939)
- Provisão líquida de impairment de imobilizado e intangível	-	-
- Provisão (Reversão) com perdas de crédito esperadas.....	(57.944)	2.908
- Provisão (Reversão) contas a pagar	3.992	20.667
- Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	(1.831)	-
- Resultado atuarial com plano de pensão e benefícios a empregados.....	(3.129)	41.512
- Provisão (Reversão) - depósitos judiciais.....	(15.282)	23.213
- Provisão (Reversão) - programa de desligamento incentivado.....	-	(2.772)
- Provisão (Reversão) - demais provisões.....	-	(891)
- Apropriação de receitas diferidas.....	(42.963)	(25.708)
- Juros, variação monetária e encargos financeiros líquidos não realizados.....	48.132	23.022
- Imposto de renda diferido	62.991	37.157
Redução (aumento) de ativos		
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	12.589	(16)
Contas a receber de clientes, líquidas	90.025	(439.659)
Estoques.....	(202)	65
Créditos tributários.....	(634)	1.988
Partes relacionadas	5.608	1.342
Depósitos judiciais	17.667	(10.273)
Outros ativos.....	(1.753)	504
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e prestadores de serviços	8.541	11.967
Salários, provisão de férias e obrigações sociais	20.062	(11.172)
Impostos e contribuições.....	(2.589)	6.190
Plano de Pensão e benefícios a empregados	(79.824)	(156.160)
Obras efetuadas por arrendatários.....	(10.110)	7.296
Receita diferida	1.300	505.000
Créditos da União para aumento de capital.....	(12.363)	-
Outros passivos.....	9.316	6.468
	-	-
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais.....	447.361	292.840
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativos imobilizados.....	(21.347)	(2.341)
Aquisição de intangíveis.....	(1.405)	-
Venda de imobilizado	-	7.088
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de investimentos	(22.752)	4.747
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos de acionistas	-	612
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades de financiamentos	-	612
Total dos fluxos de caixa das atividades	424.609	298.199
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	424.609	298.199
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	859.861	561.662
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.284.470	859.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em milhares de reais)

	2021	2020
Receitas (Despesas)	1.277.860	1.286.376
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	788.323	853.099
Arrendamentos operacionais e aluguéis	493.233	436.525
Reversão (Perdas) de crédito liquidação duvidosa.....	(1.603)	(2.908)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	(2.093)	(340)
Insumos adquiridos de terceiros	(166.973)	(204.133)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(165.876)	(131.430)
Outros custos	(1.097)	(72.703)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	1.110.887	1.082.243
Depreciação e amortização.....	(40.879)	(44.217)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.070.008	1.038.026
Valor adicionado recebido em transferência	88.827	52.796
Receitas financeiras	88.827	52.796
Valor adicionado a distribuir	1.158.835	1.090.822
Distribuição do valor adicionado	1.158.835	1.090.822
<u>Pessoal</u>	324.636	412.341
Remuneração direta.....	166.500	209.766
Benefícios.....	18.948	32.919
FGTS.....	15.190	14.961
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas.....	99.648	151.847
Honorários da diretoria	3.417	2.848
Participação nos lucros	20.933	
<u>Tributos</u>	389.561	384.119
Federais.....	281.499	299.226
IR e CSLL diferidos.....	62.991	37.157
Estaduais.....	8.404	7.858
Municipais.....	36.667	39.878
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	115.498	91.879
Despesas financeiras	107.434	83.521
Aluguéis.....	8.064	8.358
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	329.140	202.483
Juros sobre capital próprio e dividendos obrigatórios.....	76.946	-
Dividendos adicionais propostos	230.837	
Lucros retidos.....	21.357	202.483

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(em milhares de reais)

1 – Base de cálculo	2021			2020		
Receita líquida (RL)			1.110.442			1.113.289
Resultado operacional (RO)			558.951			388.065
Folha de pagamento bruta (FPB)			289.985			347.002
2 – Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPE	% sobre RL
Alimentação	10.728	3,70%	0,97%	12.234	3,53%	1,10%
Encargos sociais compulsórios	73.443	25,33%	6,61%	83.778	24,14%	7,53%
Previdência privada	86.725	29,91%	7,81%	36.364	10,48%	3,27%
Saúde	6.650	2,29%	0,60%	16.400	4,73%	1,47%
Segurança e medicina no trabalho	466	0,16%	0,04%	284	0,08%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional.....	533	0,18%	0,05%	555	0,16%	0,05%
Creches ou auxílio – creche	145	0,05%	0,01%	160	0,05%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	20.933	7,22%	1,89%	-	0,00%	0,00%
Transporte	320	0,11%	0,03%	352	0,10%	0,03%
Bolsa/estágio	918	0,32%	0,08%	396	0,11%	0,04%
Outros	2.224	0,77%	0,20%	2.475	0,71%	0,22%
Total – Indicadores sociais internos	203.087	70,03%	18,29%	152.999	44,09%	13,74%
3 – Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	250	0,04%	0,02%	-	0,00%	0,00%
Esporte.....	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros	500	0,09%	0,05%	-	0,00%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	750	0,13%	0,07%	-	0,00%	0,00%
Tributos (excluídos encargos sociais)	293.677	52,54%	26,45%	286.163	73,74%	25,70%
Total – Indicadores sociais externos	294.427	52,67%	26,51%	286.163	73,74%	25,70%
4 – Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empres	287	0,05%	0,03%	81	0,02%	0,01%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	287	0,05%	0,03%	81	0,02%	0,01%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre 51% a 75%		() não possui metas () cumpre 51% a 75%		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100	
	() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100		() cumpre de 0 a 50% (x) cumpre 76% a 100	
5 – Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	973			1027		
Nº de admissões durante o período	9			27		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1082			1175		
Nº de estagiários(as)	54			52		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	444			476		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	153			161		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	19,33%			20,82%		
Nº de negros(as), pardos(as) que trabalham na empresa	249			270		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	2,94%			2,86%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	4			8		
6 – Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2021	Metas 2022				
Relação entre a maior e a menor remuneração	28,73					
Número total de acidentes de trabalho	12					
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção (x) direção e gerências () todos(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	() direção e gerências () todos(as) empregados(as)	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve () segue as normas da OIT	() segue as normas da OIT () incentiva e segue a OIT	() não se envolve () seguirá as normas da OIT	() não se envolve () seguirá as normas da OIT	() não se envolve () seguirá as normas da OIT	
A previdência privada contempla	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	() direção () direção e gerências (x) todos(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (x) são exigidos	() não são considerados () serão sugeridos (x) serão exigidos	() não são considerados () serão sugeridos (x) serão exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve (x) apóia	() não se envolve (x) apóia	() não se envolve (x) apóia	() não se envolve (x) apoiará	() não se envolve (x) apoiará	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 46	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas.....	Na empresa 100,00%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
Valor adicionado total a distribuir	em 2021: 1.158.835			em 2020: 1.090.822		
Distribuição do valor adicionado	33,62% governo; 26,56% acionistas;	28,01% empregados(as); 9,97% terceiros;	1,84% retido	35,21% governo; 0,00% acionistas;	37,81% empregados(as); 8,42% terceiros;	18,56% retido

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
em milhares de reais, exceto pela nota nº 31**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autoridade Portuária de Santos S/A, doravante denominada "SPA" ou "Companhia", é uma empresa pública, com 99,99999984% do capital integralizado pela União com prazo de duração indeterminado, que se rege pelas normas de direito privado e, especificamente, pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pelo Estatuto Jurídico das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais alterações posteriores e por seu Estatuto Social.

Fatos Relevantes

Leilão de área no porto de Santos:

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) promoveu em 19/11/2021, na Bolsa de Valores do Brasil (B3), o leilão nº 06/2021, referente ao terminal STS08A localizado na margem direita do Porto, na Alemoa, com área total de 297,3 mil metros quadrados, destinado à movimentação de granéis líquidos, especialmente combustível, arrematado pela empresa Petróleo Brasileiro S/A, com valor de outorga de R\$ 558,3 milhões, pelo período de 25 anos com possibilidade de renovações até o limite máximo de 70 anos.

A outorga será paga da seguinte forma: 25% em até 45 dias após a homologação e os 75% restantes em 5 parcelas anuais, reajustadas pelo IPCA entre o mês da realização da sessão pública e a data de pagamento de cada parcela anual.

Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 678 milhões a serem destinados à modernização, aumento de capacidade e construção de um novo píer com dois berços de atracação – o que representará ampliação de 50% na oferta de berços na região da Alemoa, onde está concentrado o “cluster” de líquidos minerais da margem direita do Porto de Santos.

Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela Covid-19.

Ao longo do 4T21 notamos que o significativo avanço das campanhas de vacinação e consequente melhora nos indicadores da pandemia, trouxe um ambiente de maior confiança aos mercados. Até o final do ano, aproximadamente 70% da população brasileira havia recebido as duas doses da vacina, permitindo uma retomada gradual das atividades econômicas. Ao final de 2021 a SPA já contava com praticamente 100% de seus funcionários com a imunização completa, além de grande parte já contar com a dose de reforço.

Diante desse contexto, a SPA deu continuidade, durante o 4T21, à política gradual de retomada do trabalho presencial, (em média, 5% dos colaboradores estiveram afastados ou em home office no período). Ao mesmo tempo, aproveitando a bem-sucedida

experiência do teletrabalho, a Companhia executou um projeto piloto para implementar uma política perene de home office para os setores administrativos a partir de meados de 2022.

Os números de movimentação continuaram a demonstrar a resiliência do setor portuário, com destaque para o recorde alcançado na movimentação de contêineres (segmento que transporta as cargas de maior valor agregado), que registrou crescimento de 0,7% na comparação trimestral e a expressiva marca de 14,2% no total anual, em quantidade de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés). Esse desempenho é particularmente importante frente ao cenário internacional que tem demonstrado alguns desequilíbrios na cadeia de abastecimento com a chamada "crise dos contêineres", ou seja, uma incomum escassez desses equipamentos para o transporte de produtos da Ásia para o Ocidente, em alguns casos agravados pela insuficiência de matéria-prima ou mão de obra bem como pela falta de espaço em navios de carga e terminais marítimos.

Apesar da boa performance observada na movimentação de contêineres, o fluxo geral de cargas do 4T21 registrou redução de 6,5% em toneladas, impactado pontualmente pela quebra na safra de milho e menores embarques de açúcar. No entanto, o acumulado do ano atingiu novo recorde histórico, alcançando a marca de 147 milhões de toneladas movimentadas (+ 0,3%).

Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações até o presente momento. Os indicadores de inadimplência permanecem próximos de zero e não há perspectivas de deterioração.

Seguimos focados para estruturar as operações de forma a viabilizar com a máxima eficiência a infraestrutura necessária para o escoamento da diversificada pauta de exportações e a recepção das importações.

De acordo com as estimativas da Administração e com o acompanhamento dos impactos da pandemia, não há efeitos que devam ser registrados nas informações nem há impactos na sua continuidade operacional e/ou estimativas da Companhia que justificassem registro de provisões, além daquelas já divulgadas.

No início de 2022 observamos que os registros da variante Ômicron no Brasil promoveram aumento no número de casos de Covid-19, mas, felizmente, os dados mais recentes já demonstram expressiva redução de casos. De toda forma, a Companhia prossegue pautando sua atuação adotando medidas tempestivas que visam preservar simultaneamente a saúde de seus colaboradores e as atividades do complexo portuário de Santos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho

Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

2.1 – Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2021, têm sua divulgação autorizada pela Diretoria conforme ata de reunião realizada no dia 23 de fevereiro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos relevantes ocorridos no exercício de 2021 e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis e métodos de mensuração são os mesmos que os adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, moeda funcional da Companhia e de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. As normas atuais estabelecem requerimentos para a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros.

a) Perda no valor recuperável dos ativos financeiros:

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos.

b) Classificação e mensuração de ativos financeiros:

Os ativos financeiros devem ser classificados em uma de três categorias estabelecidas pelas normas contábeis: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de custo amortizado compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos com partes relacionadas e contas a pagar com prestadores de serviços e fornecedores.

Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos. Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais, considerando também parecer dos advogados da Companhia nos valores que envolvam análise dos processos judiciais e seguindo as normas contidas no CPC-48.

Estoques

Os estoques compreendem os materiais destinados ao consumo e à manutenção das atividades, são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizados 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem.

Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

Partes Relacionadas

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia, conforme Política de Transações com Partes Relacionadas da SPA.

Passivo circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo considerados no passivo circulante as obrigações com vencimentos até 360 dias contados da data de fechamento das demonstrações financeiras e no passivo não circulante as obrigações com vencimentos superiores a 360 dias contados da data de fechamento das demonstrações financeiras.

Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 360 dias contados da data de fechamento das demonstrações financeiras, sendo apresentadas neste caso, como passivo não circulante.

Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário, participação nos lucros, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

Operações de arrendamento – IFRS 16 – CPC 06 (R2)

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo nos quais todos os arrendamentos resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

A Companhia adotou as isenções previstas na norma relativas ao reconhecimento de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos cujo ativo subjacente é de baixo valor, não havendo impacto tributário no ano calendário.

Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

Receita diferida

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são apropriados ao resultado em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento

Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no período de elaboração das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, ativo e passivo, são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes.

Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pis – Programa de integração social e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidados após o vencimento, a atualização de créditos a receber e ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com os passivos onerosos assumidos pela Companhia ou outras transações financeiras.

Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representam numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	10.095	15.407
Aplicações financeiras	1.274.375	844.454
Total	<u>1.284.470</u>	<u>859.861</u>

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fundo de renda fixa – BB	643.374	618.114
Fundo de renda fixa – CEF	631.001	226.340
Total	<u>1.274.375</u>	<u>844.454</u>

5. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Alinhamento de cais no Porto de Santos (SP)	-	58
Sistema de apoio de gestão de tráfego de navios (SP)	-	6.877
Sistema portuário de monitoramento de cargas	-	2.000
Gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos	-	3.632
Implantação Av. Perimetral Portuária no Porto de Santos	-	19
Subtotal	-	12.586
Rendimentos financeiros	-	3
Total	=	<u>12.589</u>

O Governo Federal, por meio do Banco do Brasil, remeteu valores previstos no orçamento de investimentos da SPA até o exercício de 2020, com contrapartida em créditos da União para aumento de capital.

Os recursos recebidos para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do Tesouro Nacional eram depositados em contas de investimento com liquidez imediata.

Conforme Ofício recebido do Ministério da Infraestrutura (OFÍCIO Nº 128/2021/COAD-SNPTA/GABSNPTA/SNPTA) em 2021 procedemos o ressarcimento à União dos recursos recebidos e não utilizados em infraestrutura. Desta forma foi encerrado o saldo da conta “Valores vinculados à aplicação em Infraestrutura” (R\$12.589 em 31/12/2020).

6. CONTAS A RECEBER LÍQUIDAS E DIREITOS CONTRATUAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber	120.528	187.959
Contas a receber – recuperação judicial	15.275	15.275
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (i)	(38.067)	(73.417)
Direitos contratuais de arrendamento – Outorga (ii)	430.556	390.480
Total	<u>528.292</u>	<u>520.297</u>
Circulante	183.847	82.627
Não Circulante	344.445	437.670

(i) Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas apenas empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do Aging List em conformidade com o Normativo interno da SPA para a constituição e baixa das provisões. Os valores a receber decorrentes das atividades da empresa estão garantidos por depósitos e/ou fianças bancárias e as eventuais perdas não possuem materialidade. Em relação ao contas a receber, como resultado das análises, não foi identificada necessidade de constituir provisões adicionais nas operações. No mês de setembro de 2021, procedemos a baixa de valores registrados no contas a receber há mais de 60 meses e suas respectivas PECLD no montante total de R\$ 59.404, conforme política de PECLD vigente. Os indicadores de inadimplência apresentaram melhora em relação ao mesmo período do ano anterior e estão próximos de zero.

(ii) Direitos contratuais de arrendamento – outorga, correspondem aos saldos das outorgas das áreas STS 14 e STS 14A. Do valor de R\$ 430.556, R\$ 86.111 estão registrados no ativo circulante e R\$ 344.445 no ativo não circulante (R\$ 390.480 em 2020 apenas no ativo não circulante).

7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento da natureza dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos retidos sobre faturamento	192	271
IRPJ e CSLL pagos a maior (i)	6.670	5.887
PIS/COFINS exclusão do ICMS na base de cálculo (ii)	1.831	-
Outros Créditos	-	69
Total	8.693	6.227
Circulante	2.023	6.227
Não Circulante	6.670	-

(i) A importância registrada em IRPJ e CSLL pagos a maior decorre do pagamento efetuado sobre fatos geradores referentes a competência dezembro/2018 e que foi solicitado, administrativamente, a restituição junto a Secretaria da Receita Federal.

(ii) O montante registrado de PIS e COFINS a recuperar refere-se a exclusão do ICMS na base de cálculo das citadas contribuições. Em março/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro/2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Entretanto, em maio/2021 o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, a Companhia apurou os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos e ao método de atualização monetária dos montantes.

8. PARTES RELACIONADAS

É a parte que está relacionada com a Companhia, direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários, quando a parte: (i) controlar, for controlada por, ou estiver sob o controle comum da Companhia (isso inclui controladoras ou controladas); (ii) tiver interesse na Companhia que lhe confira influência significativa sobre a mesma; ou (iii) tiver controle conjunto sobre a Companhia. A transação com partes relacionadas é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

8.1 - Transações com órgãos da administração direta

São valores a recuperar decorrentes de cessão de funcionários a órgãos da administração direta federal:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ministério da Infraestrutura	8	50.252
(-) Valores contestados (i)	-	(44.736)
Ministério da Economia em Itajaí/SC	11	11
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	173	136
Ministério do Trabalho	153	290
Total	<u>345</u>	<u>5.953</u>

(i) Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao terminal pesqueiro de Laguna/SC, que foi administrado pela SPA até 16/10/2019, não foram ressarcidos pelo Ministério da Infraestrutura.

8.2 – Membros chave da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros dos Conselhos de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva da SPA tem por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério da Economia.

Exercício findo em 31/12/2021	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	250	132	109	2.368	2.859
Encargos sociais	50	26	22	926	1.024
Remuneração variável	-	-	-	362	362
Previdência complementar	-	-	1	123	124
Remuneração total	<u>300</u>	<u>158</u>	<u>132</u>	<u>3.779</u>	<u>4.369</u>
Número de membros	6	3	2	5	16

Exercício findo em 31/12/2020	Conselho Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria	Diretoria Executiva	Total
Salários e Benefícios	189	141	140	2.064	2.534
Encargos sociais	38	28	28	784	878
Remuneração variável	-	-	-	-	-
Previdência complementar	-	-	-	-	-
Remuneração total	<u>227</u>	<u>169</u>	<u>168</u>	<u>2.848</u>	<u>3.412</u>
Número de membros	5	3	3	5	16

O Programa de Remuneração Variável dos membros da Diretoria Executiva está condicionado ao atendimento de pré-requisito e de indicadores de desempenho. A remuneração variável a ser paga é apurada conforme o percentual de atingimento das metas.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos recursais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos Recursais Cíveis	24.371	23.042
Depósitos Recursais Trabalhistas	105.355	104.002
Depósitos Recursais Tributárias	2.560	2.961
Ações Regressivas Trabalhistas (i)	-	4.665
Total	<u>132.286</u>	<u>134.670</u>

(i) Em razão da baixa probabilidade de recuperação, o valor das ações regressivas de R\$ 4.665 foi apropriado ao resultado no exercício de 2021.

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

O valor de R\$ 458 (R\$ 181 em 31/12/2020) corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado e classificados no ativo não circulante, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos por meio de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo licitatório será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. IMOBILIZADO

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de depreciação	31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil
Mobiliário em Geral	10% a 20%	8.167	(6.759)	1.408	8.303	(6.932)	1.371
Veículos	10%	1.201	(729)	472	1.283	(707)	576
Máquinas Motores e Aparelhos	10% a 20%	17.439	(15.607)	1.832	16.685	(14.673)	2.012
Equipamentos Diversos	5% a 20%	4.194	(2.769)	1.425	4.139	(2.703)	1.436
Outros Bens Móveis	10%	710	(637)	73	743	(657)	86
Equipamentos de Informática	10% a 20%	48.005	(33.998)	14.007	41.243	(33.855)	7.388
Edifícios	2% a 7%	44.551	(18.239)	26.312	45.449	(17.675)	27.774
Instalações	2% a 20%	861.011	(154.981)	706.030	860.071	(143.210)	716.861
Obras em Andamento	-	63.447	-	63.447	51.315	-	51.315
Terrenos	-	29	-	29	29	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	3%	15.299	(13.035)	2.264	32.332	(28.159)	4.173
Bens Imóveis para Fins Industriais	3% a 5%	101.277	(79.844)	21.433	101.448	(77.365)	24.083
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	2% a 7%	254.948	(109.762)	145.186	254.946	(98.738)	156.208
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	2% a 5%	46.534	(28.872)	17.662	46.512	(27.871)	18.641
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	-	42.594	-	42.594	42.594	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	-	51.840	-	51.840	51.840	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	2% a 7%	678.026	(159.932)	518.094	675.094	(150.134)	524.960
Total		2.239.272	(625.164)	1.614.108	2.234.026	(602.679)	1.631.347

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2021
Mobiliário em Geral	1.371	293	(4)	(208)	(44)	-	1.408
Veículos	576	-	-	(96)	(8)	-	472
Máquinas Motores e Aparelhos	2.012	325	-	(325)	(48)	(132)	1.832
Equipamentos Diversos	1.436	85	-	(93)	(3)	-	1.425
Outros Bens Móveis	86	-	-	(10)	(3)	-	73
Equipamentos de Informática	7.388	8.512	(4)	(1.720)	(169)	-	14.007
Edifícios	27.774	-	(362)	(1.100)	-	-	26.312
Instalações	716.861	-	-	(10.831)	-	-	706.030
Obras em Andamento	51.315	12.132	-	-	-	-	63.447
Terrenos	29	-	-	-	-	-	29
Bens Móveis para Fins Industriais	4.173	-	(1.727)	(198)	-	16	2.264
Bens Imóveis para Fins Industriais	24.083	-	-	(2.630)	(20)	-	21.433
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	156.208	-	-	(11.024)	-	2	145.186
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	18.641	-	-	(1.001)	-	22	17.662
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	524.960	-	-	(9.461)	-	2.595	518.094
Total	1.631.347	21.347	(2.097)	(38.697)	(295)	2.503	1.614.108

Classe	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Baixas Líquidas	Depreciação	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2020
Mobiliário em Geral	1.616	6	-	(220)	(34)	-	1.368
Veículos	740	-	(6)	(107)	(51)	-	576
Máquinas Motores e Aparelhos	5.876	302	-	(1.250)	(93)	(2.821)	2.014
Equipamentos Diversos	1.601	-	-	(164)	-	-	1.437
Outros Bens Móveis	95	-	-	(10)	-	-	85
Equipamentos de Informática	8.946	23	(2)	(1.452)	(95)	(29)	7.391
Edifícios	29.389	-	(278)	(1.156)	-	(182)	27.773
Instalações	737.351	-	(75)	(11.792)	(8)	(8.616)	716.860
Obras em Andamento	49.307	2.010	-	-	-	-	51.317
Bens Móveis para Fins Industriais	4.624	-	(5)	(430)	-	(16)	4.173
Bens Imóveis para Fins Industriais	27.087	-	-	(3.003)	-	-	24.084
Obras de Construção - (Vias de acesso Terrestre)	167.263	-	-	(11.024)	-	(2)	156.237
Obras de Construção - (Infraestrutura Terrestre)	19.662	-	-	(1.001)	-	(22)	18.639
Obras de Construção - (Infraestrutura Aquaviária)	42.594	-	-	-	-	-	42.594
Obras de Construção - (Dragagem de Aprofundamento)	51.840	-	-	-	-	-	51.840
Obras de Construção - (Outras Obras Portuárias)	537.801	-	(103)	(9.807)	-	(2.932)	524.959
Total	1.685.792	2.341	(469)	(41.416)	(281)	(14.620)	1.631.347

11.1 IMPAIRMENT

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado, sendo os ativos agrupados em 03 unidades geradoras de caixa – UGC, assim denominadas:

- Sistema Porto

Engloba todas as atividades relativas as operações de carga e descarga mediante a cobrança de tarifas portuárias e arrendamentos de áreas objeto de licitações com a celebração de instrumentos contratuais;

- SEP (Sistema Elétrico de Potência)

Aos usuários do Porto é disponibilizado energia elétrica – geração, transmissão e distribuição – através da Usina Hidrelétrica de Itatinga situada no município de Bertioxa;

- Estações de Tratamento de Água e Esgoto:
A SPA efetua a prestação de serviços de água tratada e de esgoto no âmbito do Porto Organizado de Santos.

Ao mensurar o valor em uso, a entidade deve:

- basear as projeções de fluxo de caixa em premissas razoáveis e fundamentadas que representem a melhor estimativa, por parte da Administração, do conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil remanescente do ativo. Importância maior deve ser dada à evidência externa;
- basear as projeções de fluxo de caixa nos orçamentos/projeções mais recentes aprovados pela Administração, mas deve excluir qualquer estimativa de futuras entradas ou saídas de caixa que se espera originar de reestruturações futuras ou de melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo. Projeções baseadas nesses orçamentos/previsões devem abranger o período máximo de cinco anos, a menos que se justifique um período mais longo; e
- estimar as projeções de fluxo de caixa para além do período coberto pelos orçamentos/previsões mais recentes, por meio da extrapolação das projeções baseadas em orçamentos/previsões, utilizando uma taxa de crescimento estável ou decrescente para anos subsequentes, a menos que uma taxa crescente possa ser justificada. Essa taxa de crescimento não deve exceder a taxa de crescimento médio de longo prazo para os produtos, indústrias, país ou países nos quais a entidade opera ou para o mercado no qual o ativo é utilizado, a menos que uma taxa mais elevada possa ser justificada.

A Wacc foi definida em 9,38% a.a., conforme Nota Técnica Conjunta nº 02/2018/STN/SEPRAC/SEFEL do Ministério da Fazenda. Como o modelo está em termos nominais, foram adicionados 3,69% de inflação, totalizando um Wacc de 13,42% a.a.

A seguir está apresentado o resultado do teste de valor recuperável dos ativos, por Unidade Geradora de Caixa – UGC:

Demonstração do resultado do teste de Impairment – 2021 (R\$ Mil)

<u>Unidade Geradora de Caixa</u>				<u>31/12/2021</u>
	<u>Valor contábil líquido</u>	<u>Valor recuperável (*)</u>	<u>Perda por desvalorização (Ativo)</u>	<u>(Perda) Reversão (DRE)</u>
Sistema Porto	1.596.176	(i)	-	-
SEP (Sistema Elétrico de Potência)	10.070	(ii)	(10.070)	(116)
Estações de Tratamento de Água e Esgoto	17.932	18.060	-	2.619
Total Imobilizado líquido	1.624.178	18.060	(10.070)	2.503
Total Imobilizado líquido após Redução			1.614.108	

<u>Unidade Geradora de Caixa</u>				<u>31/12/2020</u>
	<u>Valor contábil líquido</u>	<u>Valor recuperável (*)</u>	<u>Perda por desvalorização (Ativo)</u>	<u>(Perda) Reversão (DRE)</u>
Sistema Porto	1.614.282	3.679.982	-	-
SEP (Sistema Elétrico de Potência)	11.664	(110.697)	(11.664)	(11.664)
Estações de Tratamento de Água e Esgoto	20.021	17.065	(2.956)	(2.956)
Total Imobilizado líquido	1.645.967	3.586.350	(14.620)	(14.620)
Total Imobilizado líquido após Redução			1.631.347	

(*) O valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso.

<u>Movimentação das contas de Impairment (Ativo)</u>	<u>R\$ mil</u>
Saldo inicial	(14.620)
(+) Ativos adquiridos em 2021 e incluídos na UGC SEP	(132)
(-) Baixa de bens	16
(-) Reversão no exercício (Estação de trat.de Água e Esgoto)	2.619
(-) Depreciação do período – impairment	2.047
Saldo final	(10.070)

(i) Sistema Porto

Em linha com a norma NBC TG 01 (R4), a Companhia efetuou análise da recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia, baseada na performance dos últimos anos, apurou que não há indícios para a elaboração de teste de impairment.

(ii) SEP (Sistema Elétrico de Potência)

A Companhia efetuou a análise destes ativos e, como não há indícios de recuperabilidade dos valores dos mesmos, a provisão para perda de recuperabilidade desta UGC foi mantida na totalidade do valor do ativo para o ano de 2021, no montante de R\$ 10.070.

(iii) Estações de Tratamento de Água e Esgoto

A Companhia elaborou a análise de recuperabilidade destes ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2021 onde apurou-se um valor recuperável superior ao valor contábil dos ativos. Desta forma, o saldo provisionado de R\$ 2.619 foi revertido para o resultado do exercício de 2021.

12. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 3.027 (R\$ 3.804 em 31/12/2020) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos e estão sendo amortizados pela vida útil estimada dos itens.

a. Saldos Patrimoniais

Classe	Taxa anual de amortização	31/12/2021			31/12/2020		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil	Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil
Software - ERP	10%	4.849	(3.154)	1.695	4.669	(2.646)	2.023
Demais softwares	20%	29.119	(27.787)	1.332	27.952	(26.171)	1.781
Total		33.968	(30.941)	3.027	32.621	(28.817)	3.804

b. Movimentação

Classe	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2021
Software - ERP	2.023	180	-	(508)	-	-	1.695
Demais softwares	1.781	1.225	-	(1.674)	-	-	1.332
Total	3.804	1.405	-	(2.182)	-	-	3.027

Classe	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Baixas Líquidas	Amortização	Transferências Líquidas	Impairment	Saldo em 31/12/2020
Software - ERP	2.490	-	-	(467)	-	-	2.023
Demais softwares	4.115	-	-	(2.334)	-	-	1.781
Total	6.605	-	-	(2.801)	-	-	3.804

13. SEGUROS

Tipo	31/12/2021	31/12/2020
Riscos operacionais (i)	307.758	307.758
Automóveis (ii)	2.119	2.119
Responsabilidade civil (iii)	30.000	30.000
Responsabilidade civil dos Administradores (iv)	40.000	40.000

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da SPA e com os bens da União sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01/05/2021 a 30/04/2022.

(i) Riscos Operacionais

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da Companhia e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

(ii) Automóveis

No seguro de veículos a avaliação dos referidos bens é em relação à tabela FIPE mais os acessórios agregados.

(iii) Responsabilidade civil

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da Companhia, previstas na Lei 12.815, de 05/06/2013.

(iv) Responsabilidade civil dos Administradores

O estatuto social da Companhia estabelece a obrigação de manter contrato de seguro de responsabilidade civil permanente em favor dos Administradores para eventuais coberturas das despesas processuais e honorários advocatícios de processos judiciais e administrativos instaurados em face deles, relativos às suas atribuições junto à Companhia.

14. OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamento de férias	1.105	816
Sinistros cobertos por apólice	291	281
Cobrança de Plano de Saúde	208	591
Despesa Antecipada (i)	1.878	18
Multa - Prefeitura de Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Diversos	183	188
Total	<u>3.791</u>	<u>2.020</u>
Circulante	2.262	1.732
Não Circulante	1.529	288

(i) A variação no item decorre de novos contratos de licença de uso de software por tempo limitado (entre 12 e 36 meses) e contratação de garantia estendida de hardware (60 meses).

15. SALÁRIOS, PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Salários a pagar	9.071	9.614
Provisão de férias	27.821	28.101
Encargos sociais	6.035	6.083
Participação nos lucros	20.933	-
Total	<u>63.860</u>	<u>43.798</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	691	540
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.818	1.727
Retenção para seguridade social - INSS	545	516
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.701	6.743
Programa de integração social - PIS	1.767	1.607
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	8.298	7.554
Imposto sobre serviços - ISS	1.362	1.453
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.282	9.915
Total	<u>27.464</u>	<u>30.055</u>

17. PLANO DE PENSÃO E BENEFÍCIOS**17.1 - Déficit Atuarial Portus**

A gestão do plano de previdência complementar patrocinado pela Companhia é responsabilidade do Portus - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, criado em abril de 1979 para administrar o Plano de Benefícios dos empregados do sistema portuário brasileiro. O Portus é fiscalizado pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão - Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda. O Portus administra um único plano de benefício - Plano de Benefício Portus 1 PBP1-, fechado para adesões desde 2011, estruturado na modalidade de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefício - CNPB da Previc sob o nº 19.780.055- 29 e multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de natureza pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (próprio Portus), e sob Intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 23/08/11. As informações atuariais de responsabilidade de empresa de consultoria Rodarte Consultoria em Estatística e Seguridade Ltda, estão apresentadas abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo líquido inicial	921.161	1.082.028
Custo no período	16.096	71.140
(Ganhos) perdas atuariais no período	(125.416)	(319.156)
Contribuições do empregador para o plano	(42.170)	(165.835)
Compartilhamento de risco	30.399	252.984
Passivo líquido final	800.070	921.161
Conciliação do Passivo		
Plano de pensão déficit atuarial (17.1)	289.798	433.745
Plano de Pensão – TCF 2020 (17.3)	510.272	487.416
Total	<u>800.070</u>	<u>921.161</u>

Premissas adotadas (final do ano)	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
1. Taxa de desconto (nominal)	8,91%	6,52%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	8,91%	6,52%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	-3,50%	0,00%

Base de Dados	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Participantes ativos (passivo principal)	181	205
Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	4.061	4.124
Aposentados	2.411	2.524
Pensionistas	1.650	1.600
Número total de participantes	4.242	4.329
Duração da obrigação (para determinar taxa de desconto)	8,20	8,00

Conciliação da obrigação benefício definido	ATIVOS	INATIVOS
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	166.466	1.024.105
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(2.089)	-
3. Custo dos juros	11.393	68.148
4. Contribuições de participantes do plano	2.991	-
5. Benefícios pagos	-	(128.347)
6. (Ganho)/perda atuarial	(49.147)	(145.800)
6.a. (Ganho)/perda atuarial – mudança de premissas	(36.171)	(157.800)
6.b. (Ganho)/perda atuarial – ajuste de experiência	(12.976)	12.000
6.c. (Ganho)/perda atuarial – redução de Direitos	-	-
6.d. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Assistidos	-	25.268
8. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	129.614	843.374

Valor Justo dos Ativos do Plano	31/12/2021		31/12/2020	
2. Principais Categorias de Ativos (%)				
2.a Disponível	-	-	117	0,015%
2.b Realizável (Prev e Adm)	565.225	75,359%	544.215	71,519%
Contribuições Contradas	508.827	67,840%	487.415	64,055%
Outros ativos a receber	56.397	7,519%	56.800	7,464%
2.C Títulos Públicos	39.667	5,289%	40.182	5,281%
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	0,000%	-	0,000%
2.e Ações	39.527	5,270%	48.696	6,399%
2.f Fundos de Investimentos	52.457	6,994%	63.638	8,363%
Renda Fixa	52.333	6,977%	63.515	8,347%
Imobiliário	124	0,017%	123	0,016%
2.g Investimentos Imobiliários	52.676	7,023%	58.674	7,711%
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	0,000%	-	0,000%
2.i Outros – Depósitos Judiciários	494	0,066%	5.415	0,712%
Total Ativo	750.046	100,000%	760.937	100,000%
(+) Ajuste Valor de Mercado	-		862	
(-) Contribuições Contratadas	(508.828)		(487.416)	
(-) Contribuições Contratadas em atraso	(1.749)		(1.677)	
(-) Uso Próprio	(2.334)		(2.854)	
(-) Exigível Operacional	(1.719)		(1.937)	
(-) Exigível Contingencial	(28.461)		(10.712)	
(-) Fundo Previdencial	(13.499)		(12.813)	
(-) Fundo de Investimento	-		-	
(-) Fundo administrativo	(20.055)		(24.001)	
Valor Justo dos Ativos	173.401		220.389	
Percentual rateio (acordado 12/2019)	N/A		N/A	
Valor Justo dos Ativos	173.401		N/A	
Rentabilidade projetada para o mês	1.192		N/A	
Saldo Previdencial do mês	(1.674)		N/A	
Valor Justo dos Ativos final	172.919		220.389	

N/A – Não aplicável

Outras Premissas Atuariais	31/12/2021	31/12/2020
Rotatividade projetada dos empregados	Não Disponível	Não Disponível
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 B (Male)	AT-2000 B (Male)
Tábua Entrada em Invalidez	Hunter	Hunter
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição familiar (Ativos não elegíveis)	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Análises de Sensibilidade	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	agravada em 10%	desagravada em 10%	+ 0,25%	-0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	955.682	991.588	956.302	990.236
Valor justo dos ativos do plano	172.919	172.919	172.919	172.919
(Passivo) / Ativo líquido inicial	(782.763)	(818.669)	(783.383)	(817.317)
Passivo do Patrocinador com Redução de direitos (TCF)	510.271	510.271	510.271	510.271
Passivo do Patrocinador com contribuição Futuras (Assistidos)	99.922	103.676	99.987	103.535
Passivo do Patrocinador com contribuição Extraordinárias	212.158	220.129	212.296	219.829
(Passivo) / Ativo líquido a ser compartilhado	39.588	15.407	39.171	16.318
Efeito compartilhamento de riscos – participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido	(782.763)	(818.669)	(783.383)	(817.317)
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa – (TCF)	510.271	510.271	510.271	510.271
(Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	(272.492)	(308.398)	(273.112)	(307.046)
Variações:				
Aumento/redução obrigação atuarial	-1,78%	1,91%	-1,71%	1,77%
Variação Passivo/Ativo Reconhecido	-2,08%	2,23%	-2,00%	2,07%

17.2 – Contribuições mensais

Os valores constantes do Balanço Patrimonial de R\$ 4.804 (R\$ 953 em 31/12/2020) são relativos às contribuições mensais devidas ao Portus referente ao mês de dezembro.

17.3 – PLANO DE PENSÃO – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Em 21 de setembro de 1981, a Companhia firmou Convênio de Adesão junto ao Portus a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários Portus 1 – PBP1 administrado pela referida Entidade. Para equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. Desta forma a SPA (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Patrocinadora SPA assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 577.345, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão – PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar. O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 589.105. O pagamento inicial de 20% do saldo devedor, corrigido até o mês anterior ao da assinatura do Termo, foi efetuado em 22/06/2020 no montante de R\$ 117.821. O saldo devedor de 80% (oitenta por cento) está sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Desta forma, está demonstrado abaixo o saldo devedor do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial TCF – Plano PBP1	487.416	589.105
(-) Pagamento da parcela de 20% do saldo devedor	-	(117.821)
(-) Pagamento de Parcelas	(48.533)	(22.526)
(+) Juros e atualização monetária	71.389	38.658
Saldo devedor remanescente	<u>510.272</u>	<u>487.416</u>
Circulante	38.033	33.615
Não circulante	472.239	453.801

17.4 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE E COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Benefícios a empregados		31/12/2021	31/12/2020
Plano de Assistência a Saúde	(17.4.1)	16.223	25.097
Complementação de Aposentadoria	(17.4.2)	48.404	56.210
Total		64.627	81.307

17.4.1 – PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

A SPA disponibiliza plano de saúde a seus empregados, ex-empregados e respectivos dependentes. O plano é administrado pela Santa Casa de Santos e operado na modalidade de preço preestabelecido, com custeio por grupo familiar, sendo que o empregado arca com 50% do valor dessa mensalidade. Quando do desligamento do empregado, a SPA deve garantir o direito de manter a sua condição de beneficiário, nos termos dos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98 e da Resolução Normativa nº 279/2011 da ANS. Conforme previsto no Acordo Coletivo vigente, para os ex-empregados, no período de 01/01/2021 a 30/04/2021, a SPA subsidiou 20% do valor de suas mensalidades para o plano e desde 01/05/2021 o ex-empregado é responsável pelo custeio integral do plano de saúde. Apesar do ex-empregado, desde maio/2021, custear integralmente a sua contribuição, não recebendo mais qualquer subsídio da empresa, caso a receita total desse grupo não seja suficiente para arcar com suas despesas (assistenciais e não assistenciais), fica caracterizada a existência do subsídio cruzado oriundo da SPA, para custear uma parte da despesa.

Os cálculos do compromisso da SPA com a assistência médica pós-emprego foram efetuados com base no valor do subsídio cruzado concedido pela empresa ao ex-empregado, determinado com base no valor per capita da mensalidade por grupo familiar e na distribuição etária.

Premissas utilizadas nos cálculos

Item	31/12/2021	31/12/2020
Duration dos benefícios (anos)	11,19	10,91
NTN-B (vencimento)	2040	2035
Taxa indicativa da NTN-B	5,3924% a.a.	3,2100% a.a.
Taxa real anual de juros (adotada no desconto a valor presente)	5,3924% a.a.	3,2100% a.a.
Inflação anual futura estimada	3,5% a.a.	3,5% a.a.
Taxa nominal anual de juros	9,0811% a.a.	6,8224% a.a.
Taxa nominal anual esperada de retorno de investimentos	9,0811% a.a.	6,8224% a.a.
HCCTR (Health Care Trend Rate)	3,28% a.a.	3,28% a.a.
Aging Factor	3,08% a.a.	3,08% a.a.
Rotatividade anual	3,05%	3,05%
Tábua de mortalidade Geral	AT2000 (Basic Masc)	AT2000 (Basic Masc)
Mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Composição Familiar	Familia Real	Familia Real
Idade prevista na aposentadoria	62/65 anos	62/65 anos

17.4.2 – COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

Ao se aposentarem, os empregados admitidos até 04/06/1965 passam a receber da empresa benefício vitalício de complementação de aposentadoria, definido como a diferença entre (i) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (ii) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial. O valor pago a título de complementação de aposentadorias no ano de 2021 foi de R\$ 7.735 (R\$ 7.912 em 2020). Atualmente existem 215 ex-empregados no usufruto do benefício não extensivo aos dependentes.

Conciliação da obrigação do benefício definido	31/12/2021	31/12/2020
1. Obrigação do benefício definido no início do exercício	56.210	55.318
2. Custo do serviço corrente	-	-
3. Custo dos juros	3.498	3.224
4. Benefícios pagos	(7.735)	(7.912)
5. (Ganho)/perda atuarial – Resultados Abrangentes	(3.569)	5.580
5.1 (Ganho)/perda atuarial – mudança de premissas	(7.384)	754
5.2 (Ganho)/perda atuarial – ajuste de experiência	3.815	4.826
6. Obrigação de benefício definido no final do exercício	48.404	56.210

18. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A Companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do Porto Organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas “sítio padrão”, conforme descrito a seguir:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos abaixo, cujas áreas demandavam investimentos para que fossem atingidas as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores das obras realizadas pelo arrendatário são ressarcidos pela Companhia, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas. A composição está demonstrada abaixo:

Arrendatário	31/12/2020	Correção 2021	Pagamentos 2021	31/12/2021
Brasil Term. Portuário				
Contrato 24/2001 (até 01/2027) Correção: IPCA/mensal	120.947	11.960	(19.873)	113.034
Ecoporto Santos S/A				
Contrato 28/1998 (até 06/2023) Correção: TJLP/trimestral	5.933	245	(2.443)	3.735
Total	126.880	12.205	(22.316)	116.769
Circulante	22.255			24.726
Não Circulante	104.625			92.043

O índice de atualização monetária do contrato da empresa Brasil Terminal Portuário foi alterado de IGPM para IPCA de acordo com o aditivo contratual nº 07.

19. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIAS

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Com base em informações do Departamento Jurídico, a empresa constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

19.1 Processos judiciais provisionados:

Provisão trabalhista

Nos processos trabalhistas, destacam-se: (i) ações individuais de revisão da metodologia de cálculo da complementação de aposentadoria; (ii) diferenças de cálculo de horas extras e seus reflexos nos repousos semanais remunerados; e (iii) adicional noturno.

Provisão cível

Refere-se basicamente a: (i) pleitos de atualização monetária e juros envolvendo contratos de prestação de serviços; e (ii) indenizações por lucros cessantes.

O quadro abaixo demonstra a movimentação dos valores provisionados:

Movimentação	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2019	228.944	254.695	483.639
(+) Adições	11.237	32.636	43.873
(-) Reversão e baixas	(36.465)	(19.348)	(55.813)
Saldo em 31/12/2020	203.716	267.983	471.699
(+) Adições	53.378	35.744	89.122
(-) Reversão e baixas	(14.206)	(43.608)	(57.814)
Saldo em 31/12/2021	242.888	260.119	503.007
Circulante	168.972	204.960	373.932
Não Circulante	73.916	55.159	129.075

19.2 Processos judiciais não provisionados

O montante estimado para processos judiciais cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas e cíveis está demonstrado abaixo:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Processos Trabalhistas	101.788	105.489
Processos Cíveis	3.298.912	2.448.267
Total	<u>3.400.700</u>	<u>2.553.756</u>

19.2.1 Processos judiciais não provisionados cíveis

Com relação aos processos cíveis considerados pelo Departamento Jurídico como possíveis, destacamos os três mais relevantes, que representam 87,0% (R\$ 2.870.044) do montante total (R\$ 3.298.912), após a devida revisão, no âmbito de tal classificação, do entendimento que vinha sendo dado ao assunto por gestões anteriores.

Reclamante	Foro	Valor
Portus – Instituto de Seguridade Social (i)	Rio de Janeiro	2.081.084
Rodrimar S/A Transportes (ii)	Santos	525.289
Consórcio Draga Brasil (iii)	Seção Judiciária do DF	263.671
Subtotal		2.870.044
Outros Processos		428.868
Total		3.298.912

(i) **Portus Instituto de Seguridade Social** – O montante mencionado e considerado para fins de estimativa, no processo impetrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, correspondente ao valor dado à causa, tendo em vista a ausência de sentença de mérito até o momento, refere-se ao montante total do movido pela entidade contra todas as patrocinadoras, como forma de reajustamento do seu déficit atuarial.

(ii) **Rodrimar S/A Transportes** – Processo com impossibilidade, neste momento, de mensurar o real valor do passivo com provisionamento, como provável, o montante de R\$ 38 milhões, correspondentes a manifestação técnica da SPA nos autos, no ano de 2010, no âmbito da Justiça Estadual. Para o mesmo processo, nosso Departamento Jurídico avaliou como perda possível o montante de R\$ 525 milhões, correspondente à diferença atualizada do valor pretendido pela empresa Rodrimar S/A. A decisão judicial é essencial para a determinação dos valores em litígio. A SPA e a União Federal estão pleiteando a realização de nova prova pericial contábil, com parâmetros técnicos não utilizados na perícia anteriormente realizada na Justiça Estadual e posteriormente

anulada. A empresa Rodrimar reivindica a revalidação do laudo pericial, justificando dessa forma a classificação do valor provisionado da demanda judicial segregado em provável e possível.

(iii) **Consórcio Draga Brasil** – Processo movido pelo consórcio contra a União e a SPA, pleiteando o reconhecimento do direito ao reequilíbrio econômico–financeiro referente ao contrato administrativo N° 18/2009, com objeto de realização de dragagem de manutenção e aprofundamento, firmado com a União Federal por meio da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República – SEP. A empresa neste contrato figura apenas como interveniente–anuenta.

20. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos assinados com a SPA envolvem pagamentos feitos antecipadamente, que são apropriados ao resultado em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento. No resultado do exercício foi reconhecido à receita a importância de R\$ 42.963 (R\$ 25.708 em 31/12/2020), conforme composição abaixo:

Contratos	69/1997	02/09	01/10	45/16	04/20	05/20	Total
Saldo 31/12/2019	14.879	131.270	164.658	1.171	-	-	311.978
Apropriações no período	(5.101)	(8.752)	(10.977)	(878)	-	-	(25.708)
Entrada	-	-	-	-	250.000	255.000	505.000
Saldo em 31/12/2020	9.778	122.518	153.681	293	250.000	255.000	791.270
Apropriações no período	(5.102)	(8.751)	(10.977)	(466)	(9.167)	(8.500)	(42.963)
Entrada				1.300			1.300
Saldo em 31/12/2021	4.676	113.767	142.704	1.127	240.833	246.500	749.607

(*) Em 2021 houve nova licitação para contratação de Instituição Financeira pública ou privada, para prestação de serviços bancários, vencida pelo Bradesco e firmado o contrato 36/2021

Apropriação em meses	300	300	300	60	300	300
Meses restantes	11	156	156	52	289	290

21. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

Até o ano de 2020 a União destinou recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Nos recursos recebidos pela SPA até 30/06/2018, enquanto não capitalizados, incidem encargos financeiros com base na variação da taxa Selic, conforme previsto no decreto 2.673/98. Para os recursos recebidos a partir de 01/07/2018, conforme Decreto 8.945/2016, não incidem atualização monetária.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo Inicial	866.079	842.445
Aumento de capital no exercício	(528.947)	-
Créditos da UNIÃO no exercício	-	612
Devoluções à UNIÃO no exercício	(12.286)	-
Encargos financeiros - Decreto 2.673/98	16.739	23.022
Saldo final	<u>341.585</u>	<u>866.079</u>

Em 28/09/2020 foi publicado o Decreto 10.498 que autorizou a capitalização de créditos da União, no montante de R\$ 383.201, acrescidos de juros calculados pela variação da taxa Selic da data do repasse do crédito até a sua capitalização, totalizando R\$ 528.947, sendo integralizados ao capital em agosto de 2021, conforme aprovações registradas em AGE realizada em 17/08/2021.

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adicional de tarifa portuária (i)	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária (ii)	15.876	8.463
Caução de garantia (iii)	6.581	4.449
Empréstimos para funcionários	212	252
Pensões Judiciais	501	506
Contribuições Sociais e Sindicais	337	284
Plano de Previdência Contribuição Definida	493	-
Diversos	251	976
Total - Circulante	<u>30.727</u>	<u>21.406</u>

- (i) O adicional de tarifa portuária - ATP incidente sobre as tabelas das tarifas portuárias foi criado pela Lei 7.700/1988, que foi revogada pela Lei 9.309/1996.
- (ii) O adiantamento de tarifas portuárias são depósitos de garantia efetuados pelos usuários do porto.
- (iii) Para garantia e completo atendimento das obrigações dispostas em contrato, é exigido caução de garantia. O item corresponde a valores depositados em moeda corrente.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 - Capital social

O Capital Social é de R\$ 810.554 (R\$ 1.414.100 em 31 de dezembro de 2020) representado por 666.681.188.389 ações ordinárias, sem valor nominal e de classe única. A SPA é uma empresa pública e tem como únicos acionistas a União Federal com

666.681.187.327 ações (99,99999984%) e o Município de Santos, com 1.062 ações (0,00000016%).

O Capital Social da SPA em 31/12/2020 era de R\$ 1.414.100 e em 17/08/2021 foi aumentado através da Assembleia Geral Extraordinária em R\$ 528.947 com a capitalização de créditos da União e concomitantemente foi aprovada a sua redução no valor de R\$ 1.132.493, sem cancelamento de ações, para absorção dos prejuízos acumulados em conformidade com artigo 173 da Lei nº 6.404/76, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

23.2 – Reserva Legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social antes de qualquer destinação e limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

23.3 – Ajustes de exercícios anteriores

Foi efetuado registro contábil na importância de R\$ 5.158 para regularizar lançamento efetuado invertido na conta “Outros resultados abrangentes” no Patrimônio Líquido em contrapartida a conta do Passivo não circulante “Benefícios a empregados”.

23.4 – Dividendos propostos e/ou juros sobre o capital próprio

23.4.1 – Dividendos mínimos obrigatórios

Aos acionistas é garantido dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP aplicados sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser imputados aos dividendos obrigatórios, conforme demonstrado no quadro abaixo.

23.4.2 – Dividendos adicionais propostos

A intenção da Administração é distribuir dividendos adicionais até o limite de 100% do lucro líquido ajustado do exercício após destinação da reserva legal. A proposta formulada pela Administração foi encaminhada para que seja avaliada e deliberada na próxima Assembleia Geral Ordinária, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	329.140	202.483
Compensação de prejuízos acumulados	-	(202.483)
Ajustes de exercícios anteriores	(5.158)	-
Lucro líquido ajustado	323.982	-
Reserva legal (5%)	(16.199)	-
Lucro líquido ajustado a ser distribuído	307.783	-
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	76.946	-
- Juros sobre capital próprio	23.908	-
- Dividendos	53.038	-
Dividendos adicionais propostos	230.837	-

24. RECONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA PARA A RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são provenientes das tarifas cobradas pela utilização da infraestrutura portuária e dos arrendamentos de áreas dentro do Porto organizado de Santos, apresentada abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	590.554	671.173
- Utilização da infraestrutura terrestre	129.534	115.053
- Fornecimento de energia	46.255	43.136
- Outras receitas	12.390	12.369
Total Receitas Tarifárias	778.733	841.731
Receitas de arrendamento	493.233	436.525
Total Receita Operacional Bruta	1.271.966	1.278.256
- Imposto sobre serviços - ISS	(36.259)	(39.558)
- Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	(8.326)	(7.765)
- Programa de integração social - PIS	(20.859)	(20.985)
- Contrib. financiamento seguridade social- COFINS	(96.080)	(96.659)
Total Receita Operacional Líquida	<u>1.110.442</u>	<u>1.113.289</u>

24.1 Classificação das receitas tarifárias:

- Utilização da Infraestrutura Aquaviária:
Envolve as cobranças pela utilização do acesso aquaviário e berços de atracação e remunera os serviços de dragagem, balizamento, batimetria, sinalização e de preservação do meio ambiente.

- Utilização da Infraestrutura Terrestre:
Remunera as operações na infraestrutura terrestre e as despesas equivalentes ao “condomínio” (áreas comuns do Porto para acesso aos terminais, pagas pelos arrendatários);
- Serviços Gerais:
A empresa fornece água por meio de sistema próprio de captação/tratamento e de energia elétrica por meio da usina hidrelétrica situada no município de Bertiooga e de outros serviços complementares.

24.2 RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Os bens imóveis das áreas arrendadas pela empresa estão sob a sua guarda, responsabilidade e gestão nos termos do decreto 85.309 de 30/10/1980 e são de propriedade da União. Todos os contratos bem como as demais informações, estão disponíveis no site www.portodesantos.com.br. Os principais contratos são:

ARRENDÁTARIO	2021	2020	Var.
Santos Brasil Participacoes S/A	71.910	55.336	29,95%
Tes - Terminal Exportador De Santos S/A	38.576	47.851	-19,38%
Petrobras Transporte S/A Transpetro	37.206	28.104	32,39%
Brasil Terminal Portuario S/A	18.146	30.370	-40,25%
Teg - Terminal Exportador Do Guarujá	25.750	32.035	-19,62%
Adm Do Brasil Ltda	19.188	15.736	21,94%
Elevações Portuárias Sa	17.204	15.994	7,57%
Companhia Auxiliar De Armazens Gerais	14.803	12.847	15,23%
Terminal De Veículos De Santos S.A.	14.106	20.041	-29,61%
Terminal De Graneis Do Guarujá S/A	13.701	11.330	20,93%
Hidrovias Do Brasil Adm Portuária	13.067	11.291	15,73%
Ecoporto Santos S.A.	13.265	10.802	22,80%
Teag-Terminal Exp. Açucar Do Guarujá S/A	12.021	11.482	4,69%
Localfrio S/A Arm. Gerais Frigoríficos	10.908	8.605	26,76%
T Grão Cargo Terminal De Graneis S/A	8.608	9.077	-5,17%
Fibria Term De Celulose De Santos S	7.656	9.841	-22,20%
Ageo Terminais E Armazens Gerais S/A	7.604	6.769	12,34%
Marimex Despachos, Transp. Serv. Ltda	7.053	5.699	23,76%
Terminal Marítimo Do Guarujá S/A - Termag	6.765	5.373	25,91%
Terminal 12A S/A	6.575	5.005	31,37%
Sub-Total	364.112	353.588	2,98%
Apropriação da receita diferida	42.497	24.830	71,15%
Demais contratos	86.624	58.107	49,08%
Receita De Arrendamentos - Nota 24	493.233	436.525	12,99%

25. CUSTOS DOS PRODUTOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	123.804	155.838
Encargos sociais	39.829	45.106
Serviços de terceiros	124.690	111.750
Depreciação/amortização	40.878	44.218
Aluguéis	7.472	1.500
Utilidades e serviços, materiais	11.340	10.234
Total	<u>348.013</u>	<u>368.646</u>

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	63.642	83.642
Encargos sociais	18.153	20.992
Serviços de Terceiros	9.312	31.676
Aluguéis	645	6.857
Utilidades, serviços e materiais	8.151	7.381
Impostos, taxas e contribuições	5.427	4.047
Demandas judiciais	95.171	86.455
Órgãos Colegiados (i)	4.155	3.493
OGMO – Convênio SPA 01/2020 (ii)	363	3.249
Outras despesas	2.633	1.656
Total	<u>207.652</u>	<u>249.448</u>

(i) Os órgãos colegiados da SPA possuem membros pertencentes ao Governo Federal, que poderiam ser considerados partes relacionadas. Porém, ressaltamos que não há nenhuma diferença entre os honorários pagos a eles e aos outros membros não pertencentes à União.

(ii) Em conformidade com a Lei 14.047/2020 e o convênio SPA 01/2020, a Companhia foi obrigada a ressarcir ao Órgão Gestor de Mão de Obra – Ogmo o salário médio aos trabalhadores afastados devido à covid-19 que estavam no grupo de risco.

27. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Venda de materiais – sucatas e outros	6.176	6.599
PIS e COFINS – Exclusão do ICMS na base de cálculo	1.563	-
Indenizações e multas contratuais	1.381	3.695
Cessão do direito da folha de pagamento	466	878
Diversas	23	667
Total	<u>9.609</u>	<u>11.839</u>

28. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.604	2.182
Perda (ganho) atuarial plano de pensão (i)	(7.822)	36.363
Perda (ganho) atuarial plano de saúde (i)	1.203	1.924
Perda (ganho) atuarial complementação de aposentadoria (i)	3.489	3.223
Plano de desligamento incentivado	-	45.560
Perdas com créditos – decisão judicial	317	13.927
Baixa de créditos incobráveis	465	9
Baixa de ações regressivas trabalhistas	4.665	-
Perda na baixa de ativos imobilizados	2.094	469
Constituição (reversão) valor recuperável de ativos	(2.503)	14.621
Multas	973	300
Outras	950	391
Total	<u>5.435</u>	<u>118.969</u>

(i) Perda (ganho) atuarial com Plano de Pensão (Benefício Definido), Complementação de aposentadoria e Plano de saúde, decorrente da contabilização do déficit (superávit) atuarial conforme notas explicativas nº 17.1, 17.4.1 e 17.4.2, respectivamente.

29. RESULTADO FINANCEIRO

Receitas Financeiras	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Juros e variação monetária	47.527	26.270
Rendimentos de aplicações financeiras	38.410	25.897
Outras	2.890	629
Receitas Financeiras Totais	<u>88.827</u>	<u>52.796</u>

Despesas Financeiras

Juros sobre TCF - Plano de pensão	(71.389)	(34.926)
Juros pagos ou incorridos	(16.877)	(23.160)
Variação monetária	(19.168)	(25.435)
Despesas Financeiras Totais	(107.434)	(83.521)

Resultado Financeiro Líquido	(18.607)	(30.725)
-------------------------------------	-----------------	-----------------

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos leva em consideração avaliações de incertezas sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro no contexto de leis fiscais aplicáveis, bem como na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente.

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros e que não ultrapassam dez anos. Os créditos fiscais diferidos ativos foram reconhecidos com base na projeção de lucro tributável nos exercícios subsequentes e serão realizados na proporção da realização das provisões e da compensação de prejuízos fiscais.

30.1 - IMPOSTO DE RENDA DIFERIDO

		31/12/2021		
	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	242.888	60.722	21.859	82.581
Provisão Cível	260.119	65.030	23.410	88.440
Perdas de crédito esperadas	15.473	3.868	1.393	5.261
Prejuízo Fiscal IRPJ	589.987	147.497	-	147.497
Base Negativa CSLL	586.076	-	52.747	52.747
Provisão Fornecedores	39.904	9.976	3.591	13.567
Impairment	10.071	2.518	907	3.425
Total Geral		289.611	103.907	393.518

		31/12/2020		
	Base de Cálculo	IRPJ 25%	CSLL 9%	Ativo Diferido
Provisão Trabalhista	203.716	50.929	18.334	69.263
Provisão Cível	267.983	66.996	24.119	91.115
Perdas de crédito esperadas	73.417	18.354	6.608	24.962
Prejuízo Fiscal IRPJ	750.349	187.587	-	187.587
Base Negativa CSLL	746.836	-	67.215	67.215
Provisão Fornecedores	33.517	8.379	3.017	11.396
Impairment	14.621	3.655	1.316	4.971
Total Geral		335.900	120.609	456.509

A Administração, com base em projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados, conforme abaixo:

2022	153.212
2023	144.318
2024	49.391
2025	22.634
2026	4.175
Demais anos	19.788
Total	<u>393.518</u>

30.2 - CONCILIAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO DE RENDA E CSLL

CONCILIAÇÃO DE TAXA		31/12/2021	31/12/2020
Lucro Antes do Imposto de Renda e CSLL		519.411	357.340
Alíquota de Imposto de Renda e CSLL (34%)		(176.599)	(121.495)
(Adições) e Exclusões Permanentes	Base	Imposto	Imposto
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	23.908	8.129	-
Incentivos fiscais	271	92	-
Lucro não tributado pelo adicional	240	24	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(68.260)	(23.209)	(25.997)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(1.327)	(119)	(114)
Outras adições permanentes	(11.130)	(3.784)	(834)
(Adições) e Exclusões Temporárias			
Depreciação de impairment	2.048	696	-
Reversão(constituição) de impairment sobre ati	2.503	851	(4.971)
Outras adições temporárias	35.532	12.081	(14.766)
Total dos ajustes		(5.239)	(46.658)
Compensação de prejuízo fiscal IR - 25%	160.362	40.090	37.073
Compensação da base negativa da CSLL - 9%	160.760	14.468	13.380
Imposto de renda e csll		(127.280)	(117.700)
Tributos sobre o lucro contabilizados:			
Imposto de Renda Corrente		(93.520)	(86.479)
Contribuição Social Corrente		(33.760)	(31.221)
Imposto de Renda Diferido		(62.991)	(37.157)
Total		(190.271)	(154.857)
Taxa efetiva de tributos sobre o lucro		36,63%	43,34%

31. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2021) pagas pela empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	em Reais
- Maior remuneração	40.062,37
<u>EMPREGADOS</u>	
- Maior remuneração	40.484,64
- Menor remuneração	1.409,04
- Salário médio	12.264,92

32. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base no lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 20.933, condicionado ao alcance de um conjunto de indicadores e metas corporativas aprovadas pela SEST – Secretaria das Empresas Estatais.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nova Poligonal

O Ministério da Infraestrutura publicou, em 19/01/2022, a Portaria nº 66, que altera os limites jurisdicionais do Porto Organizado de Santos. A definição da nova poligonal, assim denominado o perímetro administrativo que compreende acessos, instalações, terminais arrendados e áreas de expansão do porto público, atualiza o traçado em vigor desde 2020, quase duplicando a área seca sob administração da SPA de 8 km² para 15,5 km².

A expansão incorpora áreas *greenfield* para desenvolvimento de novos empreendimentos e potencializa oportunidades de crescimento econômico para a região, além de agregar importante valor à desestatização da SPA, programada para ocorrer no segundo semestre de 2022. Trata-se de uma nova fronteira de expansão do Porto que fica ao fundo do canal de navegação, composta principalmente pela Ilha de Bagres e pelo Largo do Caneu que, juntos, respondem por aproximadamente 6 km² dos novos 8 km².

Nova Tabela Tarifária

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) autorizou a entrada gradativa em vigor da nova tabela tarifária do Porto de Santos a partir de 1º de fevereiro, em atendimento à Resolução ANTAQ nº 32, de maio de 2019, que dispõe sobre a estrutura tarifária padronizada das administrações portuárias e os procedimentos para reajuste e revisão das tarifas nos portos organizados.

Com essa decisão, o reajuste médio na receita tarifária do Porto de Santos é de 13,19%, corrigindo parcialmente a defasagem histórica nas tabelas, congeladas desde maio de 2018. Conforme determina a Resolução da ANTAQ, o reajuste é exatamente o necessário para que, nos próximos 36 meses, o total de receitas tarifárias e patrimoniais do Porto de Santos seja equivalente ao montante de custeio mais investimentos para expansão e modernização da infraestrutura comum.

A reestruturação tarifária amplia a transparência, permitindo uma melhor percepção, pelos usuários, dos valores cobrados, e corrige distorções históricas para garantir isonomia nos pagamentos à Autoridade Portuária, evitando subsídios cruzados entre as tipologias de cargas, além de incentivar ganhos de escala com a utilização de embarcações de maior porte, e ao conceder descontos por frequência, para navios de cabotagem, e para navios “verdes”, movidos a propulsão limpa, de acordo com o índice internacional *Environmental Ship Index* (ESI), que identifica embarcações com melhor desempenho na redução das emissões atmosféricas do que o exigido pelos padrões de emissão da Organização Marítima Internacional (IMO, na sigla em inglês).

No dia 18/02/2022 a SPA decidiu suspender até o dia 31/03/2022 a vigência da Tabela I da nova estrutura tarifária, que havia entrado em vigor no dia 01/02/2022. Com isso, todas as novas tarifas do Porto de Santos passarão a valer apenas no dia 01/04/2022. Essa medida foi tomada para assegurar a isonomia e foi autorizada pela ANTAQ visando manter o equilíbrio das cobranças em relação aos usuários do Porto, uma vez que houve decisão judicial que concedeu para apenas os associados de uma entidade o direito de pagar a nova tarifa em 1º de abril.

Arrendamento 08 A

No dia 08/02/2022 foi publicado no Diário Oficial da União o Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão n.º 06/2021 – ANTAQ, no qual a empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras sagrou-se vencedora da área referente ao arrendamento de instalação portuária localizada no Complexo Portuário de Santos/SP, denominada STS08A, destinada à movimentação e à armazenagem de graneis líquidos e gasosos, especialmente combustíveis e GLP. A outorga será paga da seguinte forma: 25% em até 45 dias após a homologação e os 75% restantes em 5 parcelas anuais, reajustadas pelo IPCA entre o mês da realização da sessão pública e a data de pagamento de cada parcela anual.

Desestatização – audiência pública

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realizou em 10/02/2022, na Associação Comercial de Santos, a primeira audiência pública para tratar da desestatização do Porto Organizado de Santos, com o objetivo de obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos à realização de certame licitatório de concessão da Autoridade Portuária. O período de consulta e audiência pública foi iniciado em 31/01/2022 e será concluído em 16/03/2022. Os próximos passos serão a análise e eventual incorporação das contribuições recebidas e posterior submissão ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI).

Novo Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)

Conforme Nota Técnica SEI nº 61063/2021/ME (21182189), de 29/12/2021, e Nota Técnica SEI nº 3956/2022/ME, de 17/02/2022, a Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (SEST) aprovou o novo PIDV da SPA.

O custo total máximo do Programa é de R\$ 48,7 milhões, para um público elegível de até 363 funcionários, sendo o *payback* previsto em 12 meses.

Essa medida é mais uma ação importante preparando cada vez mais a Companhia para o processo de desestatização, adequando sua estrutura de recursos humanos de forma eficiente, ágil e enxuta.

Cisão do Plano de Pensão Portus

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), por meio do Parecer nº 53/2022/CTR/CGTR/DILIC, aprovou em 10/02/2022, a Cisão do Plano de Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1, CNPB nº 1978.0005–29, com implantação do Plano PBP–SPA (espelho) para parcela cindida referente à patrocinadora Autoridade Portuária de Santos S.A. (SPA).

**FERNANDO HENRIQUE
PASSOS
BIRAL:17269315876**

Assinado de forma digital por FERNANDO HENRIQUE PASSOS BIRAL:17269315876
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ACAA CERTIFICADORA, ou=23731308000102, cn=FERNANDO HENRIQUE PASSOS BIRAL:17269315876
Dados: 2022.03.14 16:22:57 -03'00'

FERNANDO H. PASSOS BIRAL
Diretor Presidente

**MARCUS DOS SANTOS
MINGONI:1465222189**
4

Assinado de forma digital por MARCUS DOS SANTOS MINGONI:14652221894
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SIMPLE WAY CERTIFICACAO DIGITAL, ou=Presencial, ou=29406892000107, cn=MARCUS DOS SANTOS MINGONI:14652221894
Dados: 2022.03.14 14:15:15 -03'00'

MARCUS DOS SANTOS MINGONI
Diretor de Administração e Finanças

**MARCELO RIBEIRO DE
SOUZA:88493580759**

Assinado de forma digital por MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR ACAA CERTIFICADORA, ou=23731308000102, cn=MARCELO RIBEIRO DE SOUZA:88493580759
Dados: 2022.03.14 14:53:43 -03'00'

MARCELO RIBEIRO DE SOUZA
Diretor de Operações

**BRUNO
STUPELLO:292133148**
92

Assinado de forma digital por BRUNO STUPELLO:29213314892
Dados: 2022.03.14 14:42:01 -03'00'

BRUNO STUPELLO
Diretor de Desenvolvimento de Negócios e Regulação

**AFRANIO DE PAIVA
MOREIRA
JUNIOR:34443223720**

Assinado de forma digital por AFRANIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR:34443223720
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3, ou=VALID, ou=AR SIMPLE WAY CERTIFICACAO DIGITAL, ou=Presencial, ou=29406892000107, cn=AFRANIO DE PAIVA MOREIRA JUNIOR:34443223720
Dados: 2022.03.14 14:18:01 -03'00'

AFRÂNIO DE PAIVA M. JUNIOR
Diretor de Infraestrutura

**LUCIANA PARREIRA
PINHEIRO
PEREIRA:19931218894**

Assinado de forma digital por LUCIANA PARREIRA PINHEIRO PEREIRA:19931218894
Dados: 2022.03.11 18:51:50 -03'00'

LUCIANA PARREIRA P PEREIRA
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP 188.629/O-3

FALE COM A GENTE!

Editor: Marcelo Santos

E-mail: economia@atribuna.com.br

Telefone: 2102-7274

PIB de janeiro recuou 1,4%, diz FGV/Ibre

Com quedas generalizadas por setores, o Produto Interno Bruto de janeiro ante dezembro caiu 1,4%. Só a indústria avançou, com 0,1%. Os dados são do Instituto Brasileiro de Economia da FGV.

ECONOMIA



AUTORIDADE PORTUÁRIA DE SANTOS S.A.
(SANTOS PORT AUTHORITY – SPA)

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



AVISO DE RETIFICAÇÃO

Na Demonstração de Resultados, publicado na editoria Porto&Mar, página B2, na edição de sexta-feira (18 de março de 2022) integrante das Demonstrações Financeiras de 2021 da Santos Port Authority (SPA), **ONDE SE LÊ:** "LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES.....0,53.....0,74", **LEIA-SE:** "LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES.....0,81.....0,74".

A Diretoria